



Universidade Federal de Pelotas
Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD)
Faculdade de Direito

Manual Metodológico para o Projeto de Pesquisa no Direito

Márcia Rodrigues Bertoldi¹
Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira²

Estudo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação
em Direito da UFPel

¹ Pós-Doutora pela UNISINOS. Doutora em Direito pelas Universidades Pompeu Fabra de Barcelona (UPF) e de Girona (UdG) - (Rev. UFSC em 2004). Professora do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPel.

² Pós-Doutora em Direito do Trabalho e Seguridade Social - UMA/Espanha. Doutora em Direitos Sociais - UNAM/México. Professora Titular do Departamento de Direito da UFSC, aposentada desde 2017. Professora Visitante I no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPel desde setembro de 2018. Membro Titular da Academia Sul-Rio-Grandense de Direito do Trabalho (ASRDT), ocupando a Cadeira 27.

APRESENTAÇÃO

Com o presente Manual Metodológico para o Projeto de Pesquisa no Direito, as autoras buscam colocar à disposição dos acadêmicos do Curso de Graduação em Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal de Pelotas (RS), informações específicas e uniformes sobre a elaboração do Projeto de Pesquisa em qualquer de seus níveis, ou seja, no que se refere à Monografia Jurídica (TCC), à Dissertação de Mestrado e, também, à Tese de Doutorado. No entanto, outros Programas e áreas do conhecimento podem aproveitar-se deste.

A etapa de elaboração do Projeto de Pesquisa é um momento em que se apresentam muitas dúvidas e incertezas, no que se refere à escolha do tema (objeto de pesquisa), como em suas várias fases, tendo em conta que aquele será o caminho a ser percorrido até a etapa final de elaboração do trabalho acadêmico.

Diante disso, as autoras pretendem, igualmente, desmistificar a ideia de dificuldade na construção do Projeto de Pesquisa, pois em geral, os acadêmicos não estão acostumados a enfrentar o desafio de construir novos conhecimentos, uma vez que isso demanda um aprofundamento teórico não apenas em uma área específica do Direito, mas também em outras que possam facilitar o diálogo inter e transdisciplinar.

Por fim, a expectativa das autoras é de que os acadêmicos (re) conheçam a importância da elaboração de um Projeto de Pesquisa bem estruturado, que trará mais segurança em relação à escolha das fontes bibliográficas e documentais disponíveis ao necessário, entre outros elementos, ao problema de pesquisa, contribuindo, assim, para o desenvolvimento adequado do futuro trabalho científico.

Márcia Rodrigues Bertoldi
Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA.....	4
1.1 Notas Introdutórias.....	4
1.2 Elementos centrais do Projeto de Pesquisa.....	6
1.2.1 A escolha do tema.....	6
1.2.2 Delimitação do tema.....	7
1.2.3 Justificativa.....	8
1.2.4 Formulação do problema.....	10
1.2.5 Hipótese.....	11
1.2.6 Objetivos.....	12
1.2.7 Fundamentação teórica.....	14
1.3 Definição dos Conceitos operacionais.....	17
1.4 Metodologia.....	18
1.4.1 Tipos de pesquisa.....	19
1.4.2 Métodos das Ciências Sociais.....	22
1.4.3 Técnicas de Pesquisa.....	23
1.4.4 Pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa.....	25
CAPÍTULO 2 - ESTRUTURA DO PROJETO DE PESQUISA.....	25
2.1 Elementos essenciais do Projeto de Pesquisa.....	27

CAPÍTULO 1 - A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

1.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

A grande aspiração do ser humano é conhecer e desvelar as verdades parciais. E a Ciência, por meio da pesquisa³ científica, é uma exponencial ferramenta para e de conhecimento.

O Projeto de Pesquisa, independentemente de seu nível, é o instrumento inicial de expressão da aspiração de investigação de todo o acadêmico ou pesquisador. Seja para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), para a Dissertação de Mestrado ou a Tese de Doutorado, um apropriado Plano ou Projeto de Pesquisa é imprescindível enquanto guia ou caminho a ser percorrido para alcançar excelência nos resultados, lembrando que sua construção é provisória, pois vai se adaptando aos conteúdos das fontes bibliográficas utilizadas no decorrer de sua elaboração, bem como às reflexões do pesquisador.

Para os acadêmicos de um Curso de Graduação em Direito ou de um Programa de Pós-Graduação em Direito, as tarefas que envolvem a produção científica exigem, por exemplo, um problema de pesquisa, o conhecimento de teorias de base, de conceitos operacionais⁴ e métodos e técnicas de pesquisa específicas.

Entretanto, tais tarefas sempre apresentam certo grau de dificuldade tendo em vista que os acadêmicos de graduação ou pós-graduação não são habilitados e poucos sabem como utilizar os instrumentos necessários para a elaboração de uma pesquisa científica, pois o currículo do Direito privilegia o ensino em relação à pesquisa e extensão, bem como outras disciplinas em relação à Metodologia da Pesquisa Jurídica, indispensável à construção de um trabalho de conclusão, o que resulta em equivocadas ideias que a colocam como perfumaria, de nível inferior.

Tal situação está relacionada com o tipo de ensino jurídico que, de maneira geral, tem-se apresentado dentro de uma estrutura de docência tradicional, discursiva e

³ [...] procura de respostas para perguntas ou problemas propostos que não encontram soluções imediatas na literatura especializada sobre o assunto” (GUSTIN; DIAS, 2002, p.22)

⁴ Os conceitos operacionais se referem às palavras-chave (ou descritores), ou seja, expressões estratégicas para a elaboração de um trabalho científico. Alguns autores de Metodologia Científica utilizam a categoria variável em substituição à expressão palavras-chave de uma pesquisa. Cabe esclarecer que as variáveis agregam valores ou características às palavras-chave. Por exemplo, falar apenas em Liberdade nos traz uma noção muito aberta e geral. Porém, quando acrescentamos o valor Expressão, ou seja, Liberdade de Expressão, ele pode se tornar uma variável (palavra-chave), desde que apresente um conceito operacional que estará vinculado a um referencial teórico.

repetitiva, ministrada por meio de aulas expositivas que privilegiam a memorização de dados jurídicos isolados, impedindo, na maioria das vezes, uma atitude analítica e mais crítica em relação às informações e os conhecimentos repassados pelos professores em sala de aula. Em suma, o ensino jurídico tem preconizado a leitura da Lei e compreendido o Direito apenas em sua vertente legal, positivada. No entanto, a Ciência Jurídica contemporânea reclama um pensamento crítico-reflexivo e contextualizado às dinâmicas da sociedade, posto que, além de Lei, o Direito é, entre outros, justiça social, efetividade de direitos, o resultado das relações interpessoais.

Como consequência desta forma de ensino, os acadêmicos, quando têm de apresentar seu TCC, Dissertação ou Tese, encontram sérias dificuldades em cumprir com tal exigência curricular. Além de não saber lidar com os instrumentos metodológicos essenciais para a elaboração de um Projeto de Pesquisa, também lhes falta um conhecimento mais amplo e reflexivo sobre o tema da pesquisa a ser desenvolvido.

Por isso, a elaboração do Projeto de Pesquisa é de fundamental importância, pois o mesmo servirá de guia para a realização das etapas que deverão ser cumpridas até alcançar-se o objetivo final, que é a apresentação e defesa dos resultados de pesquisa, de acordo com os seus respectivos níveis, para o que vários elementos deverão ser observados.

Nesse sentido a proposta desse texto, produzido pelas respectivas autoras a partir de suas experiências acadêmicas enquanto professoras da disciplina de Metodologia da Pesquisa Jurídica, busca desmistificar a dificuldade na construção do Projeto de Pesquisa para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Projeto de Qualificação no âmbito do PPGD/UFPel, apresentando-se cada um dos elementos que o compõem, os quais serão devidamente explicados e ilustrados com o Projeto de Qualificação da Mestra em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPel, Jael Sânera Sigales Gonçalves⁵, que ocorreu em 2018, sob a orientação do Prof. Dr. Valmor Scott Júnior.

Por fim, convém destacar que os acadêmicos do Curso de Graduação em Direito da UFPel quando da elaboração do seu Projeto de Pesquisa para a Monografia Jurídica (TCC), também poderão utilizar os ensinamentos feitos para a qualificação do Projeto

⁵ Neste link é possível consultar a Dissertação:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7140298

de Pesquisa de Dissertação, observando e conforme os elementos que compõem o Modelo de Pré-Projeto da Faculdade de Direito da UFPel⁶.

1.2 ELEMENTOS CENTRAIS DO PROJETO DE PESQUISA

1.2.1 A escolha do tema

A primeira etapa diz respeito à realização do trabalho de pesquisa em qualquer uma das áreas do conhecimento jurídico (Direito Constitucional, Direitos Sociais, Direito Ambiental, Sociologia Jurídica, Direito Penal, dentre outras), o que pressupõe a escolha do tema ou assunto geral, que será o objeto de pesquisa, bem como de uma delimitação, a que será estudada no próximo tópico.

É uma decisão muito importante, que deve estar fundada, preferencialmente, em uma área do conhecimento na qual o acadêmico sintá-se contemplado, que provoque um desejo de questionamento a ser solucionado através da pesquisa científica.

Essa questão é de suma importância, posto que o tema ou objeto de pesquisa escolhido será um companheiro por muito tempo e, por ele, devemos sentir inspiração e afeto, na tentativa de solucionar, a partir de uma análise crítica, o problema de pesquisa. Por isso, a escolha por impulsos iniciais, sem muita convicção, não é recomendável.

Assim, os acadêmicos ao fazerem a escolha do tema ou objeto de pesquisa deverão levar em consideração alguns aspectos, a saber: curiosidade (interesse); anotações ou trabalhos feitos em sala de aula durante a realização das disciplinas já cursadas; leituras e trabalhos extracurriculares; participação em seminários, conferências, congressos; entrevistas com especialistas na temática escolhida; e discussões entre os colegas, esclarecendo que tanto o tema como a delimitação do tema são os elementos da introdução do Projeto de Pesquisa.

Do mesmo modo é aconselhável a realização de uma revisão bibliográfica exploratória ou preliminar, como forma de identificar a situação atual (estado da arte) do tema e as discussões e posições teóricas entre os vários autores nacionais e, se for o caso, de autores estrangeiros. Também é necessário o conhecimento prévio acerca da legislação específica e da jurisprudência dos tribunais brasileiros, o que poderá estabelecer a necessária intimidade com a teoria de base ou o marco teórico inicial, que fundamentará o desenvolvimento do futuro trabalho acadêmico, ademais de,

⁶ Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/direito/2019/03/29/modelo-de-pre-projeto-de-tcc-2019/>

provavelmente, encontrar a(s) possibilidade(s) para potencializar o tema, construindo outras problemáticas, apresentando novas hipóteses de trabalho (respostas provisórias), novos olhares e novas propostas de abordagem que poderão ou não trazer respostas para a solução do problema da pesquisa.

Cabe esclarecer que o tema escolhido para o Projeto de Pesquisa, deve apresentar alguns conceitos operacionais, os quais serão estudados na sessão 1.3 deste Manual, retirados de uma teoria de base ou marco teórico, identificado a partir da revisão bibliográfica exploratória ou preliminar e que contemplam o estudo aprofundado das expressões estratégicas do futuro trabalho.

Portanto, ao escolher o tema do Projeto de Pesquisa, os acadêmicos estarão selecionando um tema que já apresenta conceitos a partir de uma base teórica determinada, e que servirá de fio condutor para a escolha dos demais elementos do projeto, recordando-se assim, que o tema precisa estar vinculado a alguma disciplina do Curso, para facilitar a seleção das obras e referenciais teóricos, bem como direcionar o papel a ser exercido pelos professores orientadores.

Tal recomendação é ainda mais importante para os acadêmicos dos Programas de Pós-Graduação em nível de Mestrado e Doutorado, pois necessitarão levar em consideração, de igual forma, a Área de Concentração, assim como as Linhas de Pesquisa do Programa ao qual os futuros orientadores estão vinculados, cuja produção científica necessita estar alinhada às propostas de projetos de pesquisa, sejam eles de natureza pessoal do docente ou de seus futuros orientandos.

Conforme mencionado, o Projeto de Qualificação utilizado como modelo explicativo contém o seguinte tema:

- **Tema:** Direitos linguísticos e Direito social à educação

1.2.2 Delimitação do tema

Após a escolha do tema (objeto da pesquisa) a ser desenvolvido na futura estrutura de uma Monografia Jurídica (TCC), de uma Dissertação de Mestrado ou de uma Tese de Doutorado, passa-se a buscar a forma de delimitá-lo, ou seja, de torná-lo o

mais viável possível, mais específico, de situá-lo no tempo e no espaço, colocando-se limites, pois os acadêmicos de maneira geral pensam em temas bastante amplos ou ambíguos e, às vezes, não claramente delimitados ou excessivamente complexos e difíceis. Pode-se dizer que quando estamos ao ar livre contemplando uma bela paisagem, todos os elementos se apresentam em uma visão geral, panorâmica.

Porém, é necessário escolher um ponto específico daquela paisagem, fazer um recorte, colocar uma moldura, como forma de demonstrar o seu interesse específico naquela ampla paisagem, já que o seu tempo e os limites de conhecimento sobre a paisagem o impedem de retratá-la na sua amplitude.

O tema escolhido passa, portanto, por um processo de delimitação, cuja redação será alcançada a partir das leituras realizadas (revisão bibliográfica exploratória). O tema servirá para indicar a direção a ser seguida e se tornará uma espécie de título provisório do futuro trabalho acadêmico que no decorrer dos estudos vai se adequando à proposta de pesquisa.

Neste sentido, aproveitando-se o modelo explicativo sobre o tema, incorpora-se a delimitação do tema, que como se observa inclui um grupo de pessoas, os refugiados, e um ambiente de pesquisa, as Instituições de Ensino Superior Públicas:

- **Tema:** Direitos linguísticos e Direito social à educação
- **Delimitação do tema:** Direitos linguísticos no acesso ao direito social à educação por refugiados no Brasil nas práticas do sistema federal de ensino de educação superior

Por fim, recorda-se novamente que o tema e sua delimitação devem estar presentes no tópico da introdução, apresentando-o, detalhando-o, explicando-o desde a perspectiva escolhida para a pesquisa e do recorte realizado. Nesse sentido, importante lembrar que na Introdução não se apresentam o Objetivo Geral e os Objetivos Específicos, pois os mesmos se farão presentes na etapa correspondente.

1.2.3 Justificativa

Nesta etapa da elaboração do Projeto de Pesquisa, o acadêmico deverá justificar os motivos, as razões que levaram à escolha do tema (objeto de pesquisa). Portanto, a sua redação, é de caráter pessoal e busca destacar a importância e os motivos teóricos ou

práticos que auxiliaram na escolha temática. Para tanto, deve-se destacar a relevância social e ou científica da pesquisa que irá ser desenvolvida, a oportunidade, bem como sua originalidade (quando for o caso). A originalidade pode ser examinada no Catálogo de Dissertações e Teses da Capes através da busca por palavras-chave, por exemplo, e a devida comparação com o objeto da pesquisa, seu recorte, problema, hipótese, objetivos, referencial teórico utilizado e método e técnicas de pesquisa, para então propor em que circunstâncias o projeto é original.

Em síntese, a justificativa deverá abordar a importância do estudo, da solução proposta e das suas respectivas possibilidades de aplicação.

Cabe lembrar que, sendo a redação da justificativa de caráter pessoal, deve utilizar uma linguagem simples e clara, sem a contribuição de autores por meio de citações diretas ou indiretas, ou seja, quem fala na justificativa é o acadêmico e não os autores escolhidos como referencial teórico.

Além disso, a redação da justificativa deve abarcar no máximo de dois (2) a quatro (4) parágrafos, para evitar os erros comuns de conteúdo que na maioria das vezes acabam introduzindo elementos relativos à introdução, aos objetivos e ao próprio desenvolvimento dos capítulos da pesquisa, o que não deve ser feito nesta etapa, pois estes elementos estarão presentes no seu devido tempo e lugar.

Conforme o Projeto utilizado, a justificativa assim se desenha:

- **Tema:** Direitos linguísticos e Direito social à educação
- **Delimitação do tema:** Direitos linguísticos no acesso ao direito social à educação por refugiados no Brasil nas práticas do sistema federal de ensino de educação superior
- **Justificativa:** A questão da língua, na situação urgente de desamparo que constitui o refúgio, não é uma questão simples nem acessória, mas fundamental para a inserção efetiva em um novo território político, econômico e cultural. Sem domínio do idioma, os indivíduos refugiados, que deveriam ser acolhidos, são, em verdade, mantidos em condição de vulnerabilidade, fragilidade e marginalização, justamente porque serão impedidos, pela fronteira linguística, de atuar como sujeito de direitos e de deveres. A presente pesquisa, então, ao trazer para o centro do debate a efetivação dos direitos linguísticos dos refugiados no acesso ao direito social à educação, justifica-se pela relevância social, pela relevância acadêmica e, ainda, pela contribuição inédita e atual que dá aos estudos do Direito no Brasil, no campo dos direitos linguísticos.

1.2.4 Formulação do problema

Após a realização da justificativa, passa-se a outra etapa da construção do Projeto de Pesquisa, que corresponde à formulação do problema, ou seja, a pergunta central do trabalho a ser respondida com a proposição de solução correspondente, a hipótese. Dito de outra forma, o motivo que leva o acadêmico a refletir e questionar para então propor uma solução, a que surgirá por meio de uma hipótese enquanto resposta provisória para o problema; trata-se de um novo olhar a partir do referencial (bibliográfico e/ou documental) escolhido.

Deve-se salientar que sem problema de pesquisa não há possibilidades de se realizar uma pesquisa científica. Também, deve ser suscetível de solução, ou seja, ter campo de pesquisa viável e não ser resolvido com a mera leitura das fontes bibliográficas e/ou documentais, com um sim ou um não.

O problema da pesquisa indica a finalidade a ser seguida e está diretamente relacionado com o tema e sua delimitação. Em outras palavras, o tema e sua delimitação são os elementos utilizados para formular o problema, o qual será redigido em forma de uma pergunta que está sem solução ou que merece outra (s), que pode envolver dificuldades teóricas e práticas, para as quais os acadêmicos deverão encontrar uma resposta provisória (uma hipótese).

Recomenda-se que nos Projetos de Pesquisa de Monografia Jurídica (TCC) e de Dissertação de Mestrado sejam formulados apenas um problema e sua respectiva hipótese (um problema, uma hipótese), o que facilitará o desenvolvimento de uma média de três (3) a quatro (4) capítulos. Entretanto, tratando-se de uma Tese de Doutorado os acadêmicos podem optar pela formulação de dois (2) problemas e duas (2) hipóteses, o que permitirá o desenvolvimento de uma média de cinco (5) a seis (6) capítulos.

Neste sentido, aproveitando-se o modelo explicativo acrescenta-se a formulação do problema:

- **Tema:** Direitos linguísticos e Direito social à educação
- **Delimitação do tema:** Direitos linguísticos no acesso ao direito social à educação por refugiados no Brasil nas práticas do sistema federal de ensino de educação superior
- **Justificativa:** A questão da língua, na situação urgente de desamparo que constitui o refúgio, não é uma questão simples nem acessória, mas fundamental para a inserção efetiva em um novo território político, econômico e cultural. Sem domínio do idioma, os indivíduos refugiados, que deveriam ser acolhidos, são, em verdade, mantidos em condição de vulnerabilidade, fragilidade e marginalização, justamente porque serão impedidos, pela fronteira linguística, de atuar como sujeito de direitos e de deveres. A presente pesquisa, então, ao trazer para o centro do debate a efetivação dos direitos linguísticos dos refugiados no acesso ao direito social à educação, justifica-se pela relevância social, pela relevância acadêmica e, ainda, pela contribuição inédita e atual que dá aos estudos do Direito no Brasil, no campo dos direitos linguísticos.
- **Formulação do problema:** Em que medida as práticas das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) na oferta de vagas para refugiados efetivam direitos linguísticos desses indivíduos no acesso ao direito social à educação?

1.2.5 Hipótese

A hipótese corresponde a uma suposição feita pelos acadêmicos a partir das fontes e dados obtidos com a revisão bibliográfica e documental exploratória, a partir do conteúdo da formulação do problema; trata-se de apresentar, nesta etapa da elaboração do projeto, uma resposta provisória, prévia, uma solução possível.

Assim, o papel da hipótese enquanto uma sentença afirmativa é estimular os acadêmicos a apresentarem nova(s) resposta(s) provisória(s), na tentativa de apresentar outras soluções que possam responder ao problema de pesquisa. A redação da hipótese deve ter de um (1) a três (3) parágrafos.

Para RUDIO (2007, p. 78),

a hipótese é uma suposição que se faz na tentativa de explicar o que se conhece. Esta suposição tem por característica o fato de ser provisória, devendo, portanto, ser testada para se verificar sua validade. Trata-se, então, de se antecipar um conhecimento, na expectativa de ser comprovado para poder ser admitido.

É conveniente ressaltar que a hipótese não se obtém de simples afirmações ou enunciados formulados pelo acadêmico, incluídos os “achismos”. Isto porque a hipótese que surge da formulação do problema tornar-se-á direção do trabalho científico, determinando os métodos e técnicas de pesquisa que servirão para comprovar ou não as

suposições levantadas. Portanto, uma hipótese pode ou não ser corroborada e o fato, por exemplo, de não ser validada não invalida a pesquisa, que tomará outros rumos.

Neste sentido, agrega-se a hipótese do Projeto modelo:

- **Tema:** Direitos linguísticos e Direito social à educação
- **Delimitação do tema:** Direitos linguísticos no acesso ao direito social à educação por refugiados no Brasil nas práticas do sistema federal de ensino de educação superior
- **Justificativa:** A questão da língua, na situação urgente de desamparo que constitui o refúgio, não é uma questão simples nem acessória, mas fundamental para a inserção efetiva em um novo território político, econômico e cultural. Sem domínio do idioma, os indivíduos refugiados, que deveriam ser acolhidos, são, em verdade, mantidos em condição de vulnerabilidade, fragilidade e marginalização, justamente porque serão impedidos, pela fronteira linguística, de atuar como sujeito de direitos e de deveres. A presente pesquisa, então, ao trazer para o centro do debate a efetivação dos direitos linguísticos dos refugiados no acesso ao direito social à educação, justifica-se pela relevância social, pela relevância acadêmica e, ainda, pela contribuição inédita e atual que dá aos estudos do Direito no Brasil, no campo dos direitos linguísticos.
- **Formulação do problema:** Em que medida as práticas das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) na oferta de vagas para refugiados efetivam direitos linguísticos desses indivíduos no acesso ao direito social à educação?
- **Hipótese:** A partir dos pressupostos teóricos que sustentam a pesquisa, o estudo persegue a hipótese de que as práticas das instituições públicas federais brasileiras voltadas aos direitos linguísticos dos refugiados no acesso ao direito social à educação contribuem para a reprodução e a transformação das condições de produção de um sujeito refugiado vulnerável e marginalizado.

1.2.6 Objetivos

O objetivo geral e os objetivos específicos de um trabalho acadêmico oferecem as condições necessárias para conduzir adequadamente seu desenvolvimento, ou seja, de responder o problema de pesquisa e verificar sua hipótese.

Cabe acrescentar que o objetivo geral e os objetivos específicos são sempre descritos com verbos no infinitivo, como por exemplo, explicar, analisar, examinar, identificar, discutir, verificar, demonstrar, comprovar, contribuir, propor, dentre outros.

a) Objetivo Geral

Em relação ao objetivo geral é conveniente explicitar que o mesmo está relacionado diretamente com a formulação do problema, ou seja, o seu próprio conteúdo, em forma de uma sentença afirmativa cuja redação deve utilizar o verbo no infinitivo. O objetivo geral é a direção do trabalho, é a finalidade da pesquisa, é o elemento que dá possibilidades de investigação do problema de pesquisa.

b) Objetivos Específicos

Cada objetivo específico corresponde a um capítulo do trabalho acadêmico, adequando-se, também, aos títulos provisórios de cada um dos capítulos que farão parte do desenvolvimento de sua estrutura.

Os objetivos específicos têm a função de tornar operacional, ou seja, de responder o objetivo geral do Projeto de Pesquisa formulado a partir de um problema.

Assim, o Projeto que desenvolver três (3), quatro (4) ou cinco (5) capítulos, terá o mesmo número de objetivos específicos, igualmente utilizando-se os verbos no infinitivo e considerando a função específica de cada um dos capítulo que, comumente, assim se estabelecem: o Capítulo 1 serve para EXPLICAR o tema em sua delimitação; o Capítulo 2 para DISCUTIR o problema da pesquisa; e o Capítulo 3 para DEMONSTRAR/COMPROVAR a (s) hipótese (s) de trabalho e, quando possível, propostas, sugestões e ou contribuições.

Para tanto se sugere que para a Dissertação e Monografia Jurídica (TCC) sejam pensados de três (3) a quatro (4) objetivos específicos e para a Tese de Doutorado (5), seis (6) ou mais objetivos, considerando-se o nível de conhecimento e os diferentes referenciais teóricos.

Levando-se em consideração o modelo explicativo até o momento utilizado, teremos então a seguinte redação para esta etapa do Projeto de Pesquisa que corresponde à redação dos objetivos geral e específicos:

- **Tema:** Direitos linguísticos e Direito social à educação
- **Delimitação do tema:** Direitos linguísticos no acesso ao direito social à educação por refugiados no Brasil nas práticas do sistema federal de ensino de educação superior
- **Justificativa:** A questão da língua, na situação urgente de desamparo que constitui o refúgio, não é uma questão simples nem acessória, mas fundamental para a inserção efetiva em um novo território político, econômico e cultural. Sem domínio do idioma, os indivíduos refugiados, que deveriam ser acolhidos, são, em verdade, mantidos em condição de vulnerabilidade, fragilidade e marginalização, justamente porque serão impedidos, pela fronteira linguística, de atuar como

sujeito de direitos e de deveres. A presente pesquisa, então, ao trazer para o centro do debate a efetivação dos direitos linguísticos dos refugiados no acesso ao direito social à educação, justifica-se pela relevância social, pela relevância acadêmica e, ainda, pela contribuição inédita e atual que dá aos estudos do Direito no Brasil, no campo dos direitos linguísticos.

- **Formulação do problema:** Em que medida as práticas das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) na oferta de vagas para refugiados efetivam direitos linguísticos desses indivíduos no acesso ao direito social à educação?
- **Hipótese:** A partir dos pressupostos teóricos que sustentam a pesquisa, o estudo persegue a hipótese de que as práticas das instituições públicas federais brasileiras voltadas aos direitos linguísticos dos refugiados no acesso ao direito social à educação contribuem para a reprodução e a transformação das condições de produção de um sujeito refugiado vulnerável e marginalizado.
- **Objetivo geral:** Verificar a partir de uma abordagem materialista marxista, se as práticas das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) estão voltadas aos direitos linguísticos dos refugiados no acesso ao direito social à educação.
- **Objetivos específicos:**
 - (1) Investigar, no ordenamento jurídico brasileiro, medidas normativas relacionadas aos direitos linguísticos e ao direito à educação dos refugiados;
 - (2) Identificar, nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES), práticas de oferta de vagas para refugiados em cursos regulares de graduação;
 - (3) Verificar, entre as Instituições Federais de Educação Superior (IFES), práticas voltadas à efetivação dos direitos linguísticos de refugiados;
 - (4) Discutir, a partir de uma abordagem materialista, a relação entre as práticas de direitos linguísticos e as práticas de oferta de vagas em cursos regulares de graduação direcionadas para refugiados em Instituições Federais de Educação Superior (IFES).

1.2.7 Fundamentação teórica

Esta etapa do Projeto de Pesquisa compreende o conjunto de elementos teóricos ou referenciais teóricos que auxiliarão os acadêmicos em suas escolhas da teoria de base ou marco teórico e servirão de suporte para as análises, explicações, interpretações, discussões e propostas vinculadas ao tema (objeto de pesquisa), possibilitando a redação do desenvolvimento dos capítulos, uma vez que "[...] o referencial teórico constitui-se como elemento de controle não só do problema como de toda a pesquisa" (GUSTIN; DIAS, 2002, p. 55). A partir do referencial teórico é que é possível responder o problema de pesquisa, para com o qual o discente deve dialogar.

Interessante informar que a metodologia da pesquisa vai além dos métodos e técnicas de pesquisa, bem como das normas da ABNT. Compreende, conjuntamente, a

epistemologia da ciência e, no caso da Ciência Jurídica, a epistemologia jurídica e de outras áreas que podem conversar com esta.

Quando não for possível a identificação de uma teoria específica podemos utilizar alguns autores e algumas de suas obras apresentar o referencial teórico inicial que dará o suporte necessário para as explicações que envolvem, principalmente, o primeiro capítulo do trabalho acadêmico.

a) Teoria de base ou marco teórico

Convém esclarecer que toda pesquisa, independentemente do tipo ou classificação que se venha a adotar, deverá fazer uso de um referencial teórico, ou seja, uma teoria determinada, que auxiliará a desenvolver o futuro trabalho, bem como apresentar a definição dos conceitos operacionais.

Para o autor SEVERINO

O quadro teórico constitui o universo de princípios, categorias e conceitos, formando sistematicamente um conjunto logicamente coerente, dentro do qual o trabalho do pesquisador se fundamenta e se desenvolve. É importante frisar que este quadro teórico precisa ser consistente e coerente, ou seja, ele deve ser compatível com o tratamento do problema e com o raciocínio desenvolvido e ter organicidade, formando uma unidade lógica (2007, p. 203).

Cabe lembrar que a palavra teoria faz referência a um tipo específico de conhecimento, um tipo de discurso relacionado com as explicações ou construções intelectuais desenvolvidas pelos pesquisadores e cientistas. Para os autores CERVO e BERVIAN, a teoria reflete

[...] o estado da arte no conhecimento sobre determinado fato ou fenômeno em um espaço e um tempo também determinados e pode e deve - ainda bem - ser modificada pelos avanços posteriores do conhecimento e da própria ciência. Assim sendo, o estudante deve conhecer a teoria e saber operacionalizar os conceitos nela implícitos, mas deve saber também que a teoria, mesmo se chamada de científica, tem seus limites. Se a teoria tiver a pretensão de explicar e solucionar todo e qualquer problema, ela se torna irrefutável; logo, passa a ser uma ideologia, e não mais uma teoria. A teoria é e precisa ser parcial, pois ela não pode abrigar hipóteses ou proposições antagônicas ou contraditórias nem pode estar contra as evidências observáveis e conhecidas (2003, p. 57).

Portanto, a escolha do embasamento teórico inicial desde o momento da elaboração do Projeto de Pesquisa é de fundamental importância para a análise, interpretação e argumentação do tema (objeto da pesquisa), pois assim os leitores poderão identificar o fio condutor que dará o suporte teórico inicial sobre os conceitos

operacionais que auxiliarão a manter uma linha de raciocínio lógica, coerente e fundamentada.

Conforme o modelo utilizado, o marco teórico do Projeto de Dissertação é o seguinte: Louis Althusser, Françoise Gadet e Michel Pêcheux, Liliana Jubilut, Karl Marx e Xavier Arzoz.

b) Revisão bibliográfica exploratória/preliminar

A etapa de escolha do tema - objeto de pesquisa -, para o desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos é uma tarefa difícil que pode ser amenizada por meio de uma revisão bibliográfica exploratória ou preliminar, a partir da seleção de algumas obras gerais e outras específicas, como livros (obras únicas e coletivas), dicionários jurídicos, revistas especializadas tanto nacionais como estrangeiras, sites oficiais de órgãos nacionais e estrangeiros, o Banco de Dissertações e Teses da Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, bem como instituições de pesquisa que possam oferecer amplas informações sobre a posição atual do tema em questão.

Como a bibliografia jurídica abarca várias áreas e é muito ampla, uma revisão bibliográfica exploratória ou preliminar necessita atender alguns critérios:

- I) Possibilitar uma visão geral e atual da temática que se pretende desenvolver;
- II) Relacionar a temática com outras áreas do conhecimento, o que oferece uma visão transdisciplinar;
- III) Identificar a posição teórica (discussão e tendências) aceitas pelos diversos doutrinadores, sejam eles nacionais ou estrangeiros;
- IV) Ajudar na seleção dos itens e sub-itens que poderão compor a estrutura provisória do desenvolvimento dos futuros capítulos.

Nesta etapa, é importante de se realizarem consultas ou entrevistas e, até mesmo conversas informais com os professores responsáveis pela (s) disciplina (s) que está direta ou indiretamente relacionada com o tema da pesquisa e, principalmente, com o (a) professor (a) orientador (a) que poderá indicar e sugerir a leitura de algumas obras e textos jurídicos.

Ressalte-se que uma visita até a Biblioteca Central da Universidade ou a setorial, no caso específico a da Faculdade de Direito da UFPel, é fundamental para que os acadêmicos tenham conhecimento do acervo bibliográfico existente e possam fazer as opções metodológicas necessárias tanto para a elaboração do projeto de pesquisa, como do futuro desenvolvimento do trabalho acadêmico. Ademais, deve recorrer a fontes da

Internet tais como o Scielo, o Portal de Periódicos da Capes, o Banco de Dissertações e Teses da Capes e o Google Scholar.

As tarefas de localizar, selecionar, coletar e fichar os dados obtidos nas fontes consultadas serão utilizadas para desenvolver, analisar, discutir, verificar, confirmar, demonstrar ou reforçar as ideias, de autores ou pessoais, presentes na estrutura do trabalho científico.

Sugere-se que a revisão bibliográfica exploratória ou preliminar do Projeto de Qualificação seja direcionada considerando-se o conteúdo do que será o primeiro capítulo do trabalho acadêmico, pois a função deste é explicar o tema da pesquisa, por meio da teoria de base ou marco teórico, bem como examinar os conceitos operacionais iniciais.

A redação da revisão bibliográfica exploratória ou preliminar para um Projeto de Pesquisa de Monografia (TCC) pode abarcar uma média de 15 a 25 páginas, para a Dissertação de Mestrado em torno de 30 a 50 páginas e, para a Tese de Doutorado de 50 a 100 páginas. No Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPel esta revisão pode ser compreendida como o Capítulo 1 da futura dissertação, ou seja, as bases centrais do tema objeto da pesquisa.

1.3 DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS OPERACIONAIS

Para que o leitor possa entender o trabalho científico redigido pelo acadêmico é importante esclarecer determinados conceitos utilizados no desenvolvimento do Projeto e futuro trabalho acadêmico, uma vez que as ideias devem estar apontadas de maneira clara e precisa como forma de evitar dúvidas e possíveis imprecisões terminológicas.

Convém destacar que os conceitos podem apresentar significados diferentes segundo sua utilização em determinado contexto, o que significa dizer que os mesmos devem ser considerados de acordo com a sua inserção histórica, política, social, cultural, dentre outras. Além disso, também é importante considerar a teoria científica que serviu de base para sua interpretação e explicação (o tratamento dos dados), já que a teoria é um conjunto de conceitos inter-relacionados, definições e proposições vinculada a uma determinada área do conhecimento que serviu como referencial teórico para a sua concepção.

Para os autores CERVO e BERVIAN, “todo o conceito para ter aceitação científica precisa ser operacional, isto é, precisa permitir que diferentes cientistas reproduzam as experiências descritas, reforçando a comprovação de hipóteses e de teorias ou rejeitando-as” (2003, p. 52).

Quando escolhemos um tema, delimitamos, formulamos um problema e construímos uma hipótese de trabalho, inserimos os conceitos operacionais que decidimos estudar e aprofundar a partir de um recorte teórico de acordo com os objetivos da pesquisa e que necessitam ser apresentados através de seus respectivos conceitos operacionais, conforme a teoria de base ou marco teórico escolhido.

De acordo com o modelo explicativo até o momento utilizado, temos as seguintes palavras-chave, as quais deverão ser apresentadas por meio de seus conceitos operacionais:

- Refugiados
- Direitos linguísticos
- Direito social à educação
- Sujeito refugiado vulnerável
- Sujeito refugiado marginalizado

Cabe observar que as referidas expressões deverão estar presentes e compor cada um e todos os elementos do Projeto de Pesquisa, o que se pode verificar no modelo utilizado como exemplo.

1.4 METODOLOGIA

Nesta etapa específica de construção do Projeto de Pesquisa o acadêmico deverá mencionar as opções metodológicas referentes aos métodos e técnicas que serão utilizadas a partir de uma linha de raciocínio que fornecerá os elementos necessários para o desenvolvimento da futura estrutura dos capítulos do trabalho científico.

Então, de maneira simplificada, podemos afirmar que o método é o caminho a ser percorrido, é a direção a ser seguida para que não sejamos desviados do nosso rumo, dos objetivos pretendidos com a pesquisa ou, ainda, um processo necessário para atingir

os resultados esperados conforme o problema de pesquisa. Para Marconi e Lakatos (2001, p. 46), o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. Nessa perspectiva:

Deve-se disciplinar o espírito, excluir das investigações o capricho e o acaso, adaptar o esforço às exigências do objeto a ser estudado, selecionar os meios e os processos mais adequados. Tudo isso é dado pelo método. Assim, o bom método torna-se fator de segurança e economia na ciência. (CERVO; BERVIAN, 2003, p. 23).

Deste modo, quando os acadêmicos fazem a opção pelo método de abordagem do tema estão escolhendo o caminho, isto é, a linha de raciocínio a ser seguida no desenvolvimento da pesquisa. Por isso, na área das Ciências Sociais, os métodos são classificados da seguinte maneira: métodos de abordagem, de caráter geral, e métodos auxiliares, que dizem à direção das etapas mais concretas do trabalho de pesquisa. Ademais, como se estudará, compõem a metodologia da pesquisa, técnicas e tipos de pesquisa, bem como as abordagens qualitativa, quantitativa e quali-quantitativa.

1.4.1 Tipos de pesquisa

A maioria dos livros de Metodologia Científica classifica a pesquisa de acordo com o procedimento utilizado, o que resulta nos seguintes tipos de pesquisa: a **pesquisa bibliográfica**, a **pesquisa descritiva** e a **pesquisa experimental**.

Cabe renovar que, independentemente do tipo de pesquisa a ser realizada, se "[...] exige uma pesquisa bibliográfica prévia, quer para o levantamento do estado da arte do tema, quer para a fundamentação teórica ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa" (CERVO; BERVIAN, 2002, p.65).

a) Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica tem como objetivo explicar um problema a partir de referenciais teóricos relacionados com a área específica do tema e também pode ser realizada como parte da pesquisa descritiva ou experimental.

A pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema. Como trabalho científico

original, constitui a pesquisa propriamente dita na área das ciências humanas. [...] Constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica (CERVO; BERVIAN, 2002, p.66).

A pesquisa bibliográfica consiste na análise e discussão de fontes bibliográficas e documentais que buscam oferecer os argumentos necessários para a resolução do problema de pesquisa e para a comprovação da (s) hipótese (s) de trabalho e, na maioria das vezes, não precisa da interferência de dados coletados em campo.

b) Pesquisa Descritiva

Em relação à pesquisa descritiva, convém mencionar que ela se utiliza da observação, da análise e correlação de fatos ou fenômenos que envolvem o objeto de pesquisa. Nessa significação:

A pesquisa descritiva não propõe soluções, apenas descreve os fenômenos tal como são vistos pelo pesquisador, o que não significa que não serão interpretados, mas somente que a contribuição que se deseja dar é no sentido de promover uma análise rigorosa de seu objeto para, com isso, penetrar em sua natureza (pesquisa quantitativa) ou para dimensionar sua extensão (pesquisa qualitativa) (MEZZARROBA; MONTEIRO, 2017)

De acordo com os autores CERVO e BERVIAN (2002, pp. 66-67), a pesquisa descritiva pode apresentar algumas formas, destacando as seguintes:

- i) **Estudos descritivos:** trata-se do estudo e da descrição das características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada. Em geral se incluem nesta modalidade os estudos que visam identificar as representações sociais e o perfil de indivíduos e grupos, como também os estudos que visam identificar estruturas, formas, funções e conteúdos.
- ii) **Pesquisa de opinião:** procura saber atitudes, pontos de vista e preferências que as pessoas têm a respeito de algum assunto, com o objetivo de tomar decisões. Esta modalidade é a mais divulgada pelos meios de comunicação, pois permite: tratar de temas do cotidiano, como intenções de votos, de compras e de consumo, verificar tendências da opinião pública e mesmo permitir que se crie, por meio da manipulação de dados, das opiniões contra ou a favor de temas polêmicos, como aborto, pena de morte, redução da idade penal, etc.

- iii) **Pesquisa de motivação:** busca saber as razões inconscientes e ocultas que levam, por exemplo, o consumidor a utilizar determinado produto ou que determinam certos comportamentos ou atitudes.
- iv) **Estudo de caso:** é a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo do seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida.
- v) **Pesquisa documental:** são investigados documentos a fim de se poder descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características. Estuda a realidade presente, e não o passado, como ocorre com a pesquisa histórica.

Assim, podemos afirmar que a pesquisa descritiva, independentemente de suas formas, trabalha sobre aqueles dados ou fatos colhidos na própria realidade onde são observados/identificados. Por isso, a coleta e o registro de dados, “[...] não constituem, por si sós, uma pesquisa, mas sim técnicas específicas para a consecução dos objetivos da pesquisa” (CERVO; BERVIAN, 2002, p.68).

c) **Pesquisa Experimental ou de campo**

Tem o objetivo de identificar a relação entre as causas e efeitos que ocorrem sobre um determinado fenômeno, por meio “[...] da criação de situações de controle” (CERVO; BERVIAN, 2002, p.68).

Segundo os autores CERVO e BERVIAN (2002, p. 68),

Enquanto a pesquisa descritiva procura classificar, explicar e interpretar os fenômenos que ocorrem, a pesquisa experimental pretende dizer de que modo ou por que causas o fenômeno é produzido.

Além disso, é possível mencionar que a pesquisa experimental não se resume às pesquisas que são realizadas em laboratório, assim como a pesquisa descritiva não está relacionada apenas com a pesquisa de campo, ou seja, deve-se esclarecer que

os termos de campo e de laboratório indicam apenas o contexto onde se realizam. Uma pesquisa pode ser experimental tanto no contexto de campo quanto de laboratório. O mesmo acontece com a descritiva. Pode-se dizer que, no contexto de laboratório, realizam-se mais pesquisas de natureza experimental.

Recomenda-se que o acadêmico ao escolher a pesquisa descritiva ou experimental para reforçar a discussão do problema e a comprovação da (s) hipótese (s)

não o faça de maneira aleatória, mas com conhecimento acerca dos procedimentos a serem realizados e sob a orientação de seus orientadores, para que possam realizar quando necessário, as tarefas de coleta de dados de maneira correta e segura.

Melhor dizendo, a coleta de dados em campo só pode se realizar depois de cumpridas algumas das etapas do Projeto de Pesquisa, ou seja, a escolha do tema, a delimitação, a formulação do problema, da hipótese e revisão bibliográfica exploratória ou preliminar. Em suma, se realizará na etapa posterior à realização do Projeto, da pesquisa em si mesma.

1.4.2 Métodos das Ciências Sociais

Nas Ciências Sociais a classificação didática adotada para a classificação dos métodos de abordagem se refere ao raciocínio ou argumentos utilizados para se analisar e refletir sobre determinado tema ou assunto e de acordo com ANDRADE, “[...] são constituídos de procedimentos gerais, que norteiam o desenvolvimento das etapas fundamentais de uma pesquisa científica [...]” (1995, p. 20), e estão assim divididos:

- Método Dedutivo: "É o que parte do geral e, a seguir desce ao particular. O raciocínio dedutivo parte de princípios considerados verdadeiros e indiscutíveis para chegar a conclusões de maneira formal (GIL, 1987, p. 29).
- Método Indutivo: "[...]é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo que o das premissas nas quais se basearam (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 53)
- Método Hipotético-Dedutivo: “Que se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese” (LAKATOS, 1986, p. 106). Considerado lógico, por excelência, e está historicamente relacionado com a experimentação.É bastante usado no campo das pesquisas das Ciências Naturais (Cf. ANDRADE, 1995, p. 22).
- Método Dialético: "Trata-se de um método de investigação da realidade pelo estudo de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade"(ANDRADE, 1995, p.22).

Por outro lado, os métodos auxiliares ou de procedimento, os que auxiliam os de abordagem, "seriam etapas mais concretas de investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos. Dir-se-ia até serem técnicas que, pelo uso mais abrangente, se erigiram em métodos. Pressupõe uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitadas a um domínio particular."(LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 91). Dentre os principais métodos auxiliares ou de procedimento podemos exemplificativamente mencionar:

- **Método Histórico:** "Consiste na investigação dos acontecimentos, processos e instituições do passado, para verificar a sua influência na sociedade de hoje" (ANDRADE, 1995, p. 23).
- **Método Comparativo:** "Realiza comparações com a finalidade de verificar semelhanças e explicar diferenças" (ANDRADE, 1995, p. 23).
- **Método Monográfico ou Estudo de Caso:** "Consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações" (LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 92).
- **Método Empírico:** "[...] é aquele fundado na experiência, que é um tipo de ensaio científico em que o objeto de pesquisa é submetido a um quadro totalmente controlado destinado à verificação de seus atributos" (MEZZAROBA; MONTEIRO, 2017, p. 114)
- **Método Estatístico:** "Significa redução de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos, etc., a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado". (LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 93).
- **Método Tipológico:** "Apresenta certas semelhanças com o método comparativo. Ao comparar fenômenos sociais complexos, o pesquisador cria tipos ou modelos ideais, construídos a partir da análise de aspectos essenciais do fenômeno" (LAKATOS; MARCONI, 2011, pp. 93-94).
- **Método Funcionalista:** "Enfatiza as relações e o ajustamento entre os diversos componentes de uma cultura ou sociedade [...] visa ao estudo da sociedade do ponto de vista da função das suas unidades, uma vez que considera toda atividade social e cultural como funcional ou como desempenho de funções" (ANDRADE, 1995, p. 94).
- **Método Estruturalista:** "Parte da investigação de um fenômeno concreto, atinge o nível do abstrato, através da constituição de um modelo que represente o objeto de estudo, retornando ao concreto, dessa vez como uma realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social" (ANDRADE, 1995, p.24).

Pode-se dizer, que a busca do conhecimento sobre um objeto específico, envolve atividades lógicas e racionais representadas pelo método, o qual fornece ao pesquisador o caminho a ser seguido através de um procedimento intelectual que impõe determinadas condições a fim de que o objetivo pretendido seja alcançado.

Há de ter-se em consideração que além de informar o método, deve-se realizar a demonstração do caminho a ser perseguido, bem como apresentar as etapas de pesquisa.

1.4.3 Técnicas de Pesquisa

A elaboração de um dos trabalho acadêmico requer um levantamento de dados que corresponde às fontes que serão utilizadas no desenvolvimento da pesquisa para reforçar, comparar, demonstrar e apresentar as contribuições que até o momento foram divulgadas sobre o tema.

Importante indicar que a coleta de dados, ou seja, a busca de informações sobre o tema, requer por parte do acadêmico o conhecimento sobre as técnicas de pesquisa existentes, pois através delas se terá acesso ao material necessário para a resolução do problema de pesquisa. Segundo Severino (2007, p. 124) as técnicas são os

procedimentos operacionais que servem de mediação prática para a realização das pesquisas.

A principal técnica de pesquisa no campo do Direito é a bibliográfica e a documental. Além disso, dado o crescimento da pesquisa empírica nesta área, a entrevista e o questionário são outras importantes técnicas.

A **Documentação** é toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador (SEVERINO, 2007, p. 124).

De acordo com as autoras LAKATOS e MARCONI (1993, p.174-214), a documentação apresenta a seguinte classificação:

Documentação Indireta - que compreende a **Pesquisa documental** de fontes primárias que podem ser encontradas em: arquivos públicos; arquivos particulares; fontes estatísticas e fontes não escritas, e a **Pesquisa bibliográfica** de fontes secundárias que podem ser encontradas em: publicações avulsas; boletins; jornais; revistas; livros; pesquisas; monografias, dissertações, teses, etc.

Documentação Direta: que corresponde à **Pesquisa de Campo** que utiliza como instrumento de coleta de dados a Observação direta intensiva, que abarca a observação e a entrevista; a Pesquisa de Laboratório, que é feita por meio da Observação direta extensiva que compreende: o questionário, o formulário, as medidas de opinião, as pesquisas mercadológicas, dentre outras.

Por sua vez, a **Entrevista** é técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (SEVERINO, 2007, p. 124). Há dois tipos principais de entrevistas segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 281):

- a) **padronizada ou estruturada** – quando o pesquisador segue um roteiro previamente estabelecido. As perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas;
- b) **despadronizadas ou semi-estruturada** - também chamada de assistemática, antropológica e livre – quando o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão.

Outro importante instrumento de entrevista é o **questionário**, ou seja, o conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. Ademais, podem ser questões fechadas ou abertas. Nas fechadas, as respostas serão escolhidas dentre as opções pré-definidas pelo pesquisador. Nas abertas, o sujeito pode elaborar as respostas, com suas próprias palavras, a partir de sua elaboração pessoal (Severino, 2007, pp. 125-126)

1.4.4 Pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa

Outra categoria da pesquisa científica é a qualitativa e a quantitativa. Severino (2007, p. 119) sustenta que quando se fala em pesquisa quantitativa ou qualitativa, apesar da liberdade de linguagem consagrada pelo uso acadêmico, não se está referindo a uma modalidade de metodologia em particular⁷. Daí ser preferível falar-se de abordagem quantitativa e abordagem qualitativa.

Por pesquisa qualitativa entende-se aquela que trabalha com dados da realidade que não podem ser quantificados, operando mediante a compreensão, a interpretação e o tratamento de dados sobre a essência ou natureza do objeto de pesquisa. É uma pesquisa de natureza subjetiva.

A pesquisa quantitativa trabalha com a linguagem da matemática para descrever um determinado fenômeno. É uma pesquisa de natureza objetiva que produz dados numéricos e sintetiza-os em tabelas, gráficos, etc.

Esta abordagem pesquisa não é adequada ao campo do Direito, sem embargo pode conciliar com a qualitativa; neste caso, teremos a pesquisa quali-quantitativa, uma abordagem mais aprofundada, na qual o pesquisador se utilizará das duas abordagens.

CAPÍTULO 2 - ESTRUTURA DO PROJETO DE PESQUISA

Esta etapa diz respeito à elaboração da estrutura básica para o Projeto de Pesquisa, que deve conter elementos essenciais e outros opcionais, considerando-se as

⁷ Alguns autores, como por exemplo Marconi e Lakatos, consideram estas categorias de pesquisa como método específico das ciências sociais. Ver MARCONI; LAKATOS, 2011, pp. 269-291.

diferenças em relação ao grau de profundidade, suas exigências científicas e acadêmicas, bem como o estipulado pelo Curso.

Recomenda-se que na elaboração do Projeto de Pesquisa os acadêmicos façam uma apresentação escrita cuidadosa e harmônica, considerando-se os aspectos formais, de conteúdo e estilo, pois não estão escrevendo apenas para si, mas principalmente para seu orientador e para a banca de avaliação. Para tanto, o documento deve ser limpo, ordenado e com apresentação estética adequada, sugerindo-se a adoção de algumas normas⁸:

- Papel: tamanho ofício A4 de cor branca.
- Apresentação: a redação do texto principal a ser digitado deve fazer uso da letra tipo Arial, Fonte 12.
- As citações são no sistema autor-data, sendo de nota de rodapé exclusivas a explicações (notas explicativas)
- As citações diretas longas devem estar fora do texto principal, com recuo de 4 cm, em Fonte 10 e espaçamento SIMPLES entre as linhas.
- As citações diretas pequenas, de até três (3) linhas devem permanecer no texto principal, em Fonte 12 e o DESTAQUE se fará com a inclusão de ASPAS DUPLAS.
- As paráfrases ou citações indiretas são realizadas pelos acadêmicos a partir do texto/obra de um determinado autor, é uma espécie de síntese que deverá respeitar as ideias do autor. Fica no texto principal, em Fonte 12 e SEM ASPAS. Entretanto, quando for feita a referência da obra consultada em nota de rodapé, recomenda-se a inclusão, antes do sobrenome do autor, de uma das seguintes palavras: Cf. SILVA; De acordo com SILVA; Vide SILVA.
- Margens e espaçamento: as páginas do texto devem observar as seguintes margens: Superior e Esquerda, 3 cm; Direita e Inferior, 2 cm. O espaçamento entre as linhas do texto principal deve ser feito com 1,5 cm.
- Numeração e paginação: as folhas que compõem o texto do Projeto de Pesquisa são contadas sequencialmente desde a capa, mas não são numeradas. A numeração deve ser colocada na primeira página do texto depois do SUMÁRIO, seguindo a sequência normal até o final do texto.

As normas mencionadas são as utilizadas pela Curso de Graduação em Direito e pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPel, lembrando também que tais elementos se fazem presentes nas recomendações específicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), responsável pela normatização em nível nacional, por meio das NBRs⁹.

⁸ Recomenda-se a consulta no Manual de Normas da UFPel para Trabalhos Acadêmicos, versão 2019. Disponível em: http://sisbi.ufpel.edu.br/arquivos/PDF/Manual_Normas_UFPel_trabalhos_acad%C3%AAmicos.pdf

⁹ No caso específico da normatização dos trabalhos acadêmicos e seus elementos essenciais e opcionais, sugerimos consultar a NBR 14724. Disponível em: http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/NBR_14724_atualizada_abr_2011.pdf

2.1 Elementos essenciais do Projeto de Pesquisa

Além dos elementos pré-textuais, disponíveis no Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos da UFPel¹⁰, o Projeto de Pesquisa para a Qualificação no PPGD/UFPel inclui os seguintes elementos:

- **Título provisório** - que corresponde ao título provisório do trabalho acadêmico.
- **Sumário** - que indique todos os elementos presentes no projeto com as respectivas indicações das páginas correspondentes.
- **Resumo** - dois Resumos de até 500 palavras, um na língua vernácula e outro em língua estrangeira, com as respectivas palavras-chave (no mínimo três (3) e no máximo cinco (5)), em suas respectivas línguas.
- **Introdução** - onde se apresenta o tema e a delimitação do tema.
- **Justificativa** - de caráter pessoal
- **Formulação do problema da pesquisa** - sempre em forma interrogativa.
- **Hipótese (s)**- resposta provisória na forma afirmativa que busca dar uma nova solução ao problema (uma suposição).
- **Objetivo geral** - principal finalidade, direção da pesquisa; é construído a partir do problema de pesquisa e deve utilizar verbos no infinitivo.
- **Objetivos específicos** - operacionalizam o objetivo geral e correspondem aos capítulos do trabalho acadêmico.
- **Fundamentação teórica**- que abrange o primeiro capítulo da dissertação.
- **Cronograma de atividades** - está relacionado com a pergunta Quando? ou seja, o tempo que o acadêmico terá para executar o Projeto de Pesquisa, finalizá-lo e defendê-lo perante a Banca de Qualificação.
- **Referências** - lista de todo (e tão somente) o material bibliográfico e/ou documental que foi utilizado na elaboração do Projeto de Pesquisa. Deve ser feita observando-se a ordem alfabética por autores, assim como as recomendações da ABNT-NBR 6023/2018.

Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como prepara trabalhos para Cursos de Pós-Graduação – noções práticas**. São Paulo: Atlas, 1995.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

¹⁰ Disponível em:

http://sisbi.ufpel.edu.br/arquivos/PDF/Manual_Normas_UFPel_trabalhos_acad%C3%AAmicos.pdf

GONÇALVES, Jael SÂnera Sigales. Projeto de Pesquisa de Dissertação de Mestrado, qualificado em 2018, junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da UFPel.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)Pensando a Pesquisa Jurídica**: teoria e prática. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª Ed. Ver. E ampl. São Paulo: Atlas, 1993.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia científica**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa em Direito. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa**. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª Ed. 2ª Reimp. São Paulo: Cortez, 2007.